
TESSITURAS DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ESPANHA

TESSITURES OF EDUCATIONAL POLICIES FOR INTEGRATING ICT IN SCHOOL: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN BRAZIL AND SPAIN

TÍTULO TESISURAS DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRACIÓN DE LAS TIC EN LA ESCUELA: UN ESTUDIO COMPARADO ENTRE BRASIL Y ESPAÑA

José Gomes da Silva¹
Ronaldo Nunes Linhares²
Cristiane de Magalhães Porto³

Resumo: O objetivo desse artigo é apresentar os resultados de um estudo comparado entre as políticas educativas para integração das TIC na escola, no Brasil e na Espanha, analisando possíveis convergências e divergências, com foco nas influências da globalização no contexto internacional e nacional dessas políticas. A abordagem da investigação é predominantemente qualitativa e quanto ao procedimento é de natureza documental, por meio do método do estudo comparado. Como técnica de coleta de dados utilizamos a análise documental. Nesse sentido, recorreremos a fontes tais como: leis, resoluções, decretos, normas, pareceres, informes oficiais e relatórios técnicos. Tratando sobre as políticas transnacionais para integração das TIC, identificamos a influência da globalização na formulação dessas políticas no Brasil e na Espanha, apresentando alguns pontos de convergência, evidenciando que a globalização tem gerado processos de reformas nos sistemas educativos no Brasil e principalmente na Espanha. Esses processos têm apontado

¹ Pedagogo. Doutor em Educação pela Universidade de Salamanca, Espanha. Professor pesquisador – UNIT / PNPd. Membro do grupo de Estudo, Pesquisa em Comunicação, Educação e Sociedade (GECES).

² Possui graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestrado em Educação pela UFS e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Fez estágio pós-doutoral na Universidade de Aveiro em Portugal. Atualmente, é professor PPGII-II do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – PPED/UNIT.

³ Doutora Multidisciplinar em Cultura e Sociedade - UFBA. Mestrado em Letras e Linguística - UFBA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa nível 2 do CNPq. Atualmente, é pesquisadora colaboradora do Instituto de Tecnologia e Pesquisa. É professora da categoria Professor Pleno da Pós-Graduação – PPPG – Universidade Tiradentes – Unit, atuando como docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Curso de Comunicação Social e editora científica desta Instituição. Desde setembro de 2016 está fazendo estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Líder e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Tecnologia da Informação e Ciberultura (GETIC/CNPq).

para a criação de modelos educativos largamente estandardizados através de políticas educativas de natureza transnacional.

Palavras chave: Políticas transnacionais, globalização, educação, TIC, estudo comparado.

Abstract: The purpose of this article is to present the results of a comparative study between educational policies for the integration of ICT in school in Brazil and Spain, analyzing possible convergences and divergences, focusing on the influences of globalization in the international and national context of these policies. The research approach is predominantly qualitative and the procedure is documentary in nature, using the comparative study method. As a data collection technique, we used documentary analysis. In this sense, we use sources such as laws, resolutions, decrees, standards, opinions, official reports and technical reports. In dealing with transnational policies for the integration of ICT, we have identified the influence of globalization in the formulation of these policies in Brazil and Spain, showing some points of convergence, showing that globalization has generated reform processes in education systems in Brazil and especially in Spain. These processes have pointed to the creation of educational models widely standardized through educational policies of a transnational nature.

Key words: Transnational policies, globalization, education, ICT, comparative study.

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar los resultados de un estudio comparado entre las políticas educativas para integración de las TIC en la escuela, en Brasil y en España, analizando posibles convergencias y divergencias, con enfoque en las influencias de la globalización en el contexto internacional y nacional de esas políticas. El enfoque de la investigación es predominantemente cualitativo y en cuanto al procedimiento es de naturaleza documental, a través del método del estudio comparado. Como técnica de recolección de datos utilizamos el análisis documental. En este sentido, recurrimos a fuentes tales como: leyes, resoluciones, decretos, normas, dictámenes, informes oficiales e informes técnicos. Tratando sobre las políticas transnacionales para la integración de las TIC, identificamos la influencia de la globalización en la formulación de esas políticas en Brasil y España, presentando algunos puntos de convergencia, evidenciando que la globalización ha generado procesos de reformas en los sistemas educativos en Brasil y principalmente en España. Estos procesos han apuntado a la creación de modelos educativos ampliamente estandarizados a través de políticas educativas de naturaleza transnacional.

Palabras clave: Políticas transnacionales, globalización, educación, TIC, estudio comparado.

INTRODUÇÃO

As novas tessituras geradas pela globalização, delineadas, principalmente, pelo avanço tecnológico têm impulsionado o desenvolvimento de políticas educativas. Políticas essas, voltadas para atender as necessidades da Sociedade da Informação, com a busca do desenvolvimento econômico e melhoria da competitividade a nível global.

Nesse contexto, verificamos que o Brasil e a Espanha, apesar de suas diferenças educacionais, geográficas e socioeconômicas, convergem no desenvolvimento de políticas educativas que buscam o desenvolvimento econômico e melhoria de sua competitividade no cenário internacional.

Os dois países fazem parte de blocos econômicos diferentes. O Brasil como país integrante do bloco econômico Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), um bloco ainda em processo de consolidação, que segundo Baldé e Machado (2008) representa uma união imperfeita, pelas suas incoerências e, a Espanha, como parte da União Europeia, bloco consolidado, com força política e econômica no cenário internacional.

A despeito de suas divergências, ambos convergem em relação à classificação⁴ apresentada por Santos (2005), como países semiperiféricos ou de desenvolvimento intermediário, com capacidade para aproveitar as vantagens da globalização, assim como certa vulnerabilidade frente aos países centrais. Destacando que as políticas educativas para integração das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na escola nos dois países que têm sofrido a ação direta da globalização na sua formalização.

Apresentamos aqui, os resultados de um estudo comparado entre essas políticas no contexto espanhol e brasileiro. Analisamos as possíveis convergências e as divergências, com foco nas influências da globalização no contexto internacional e nacional, aprofundando discussões feitas no artigo apresentado no V Seminário Hispano-brasileño na cidade de Madrid/Espanha.

A abordagem da investigação é, predominantemente, qualitativa e quanto ao procedimento é de natureza documental, por meio do método do estudo comparado. Como técnica de coleta de dados utilizamos a análise documental e mapas conceituais para a construção dos esquemas e a análise comparada. Para a análise documental, recorreremos a fontes tais como: leis, resoluções, regulamentos, decretos, normas, pareceres, informes oficiais e relatórios técnicos.

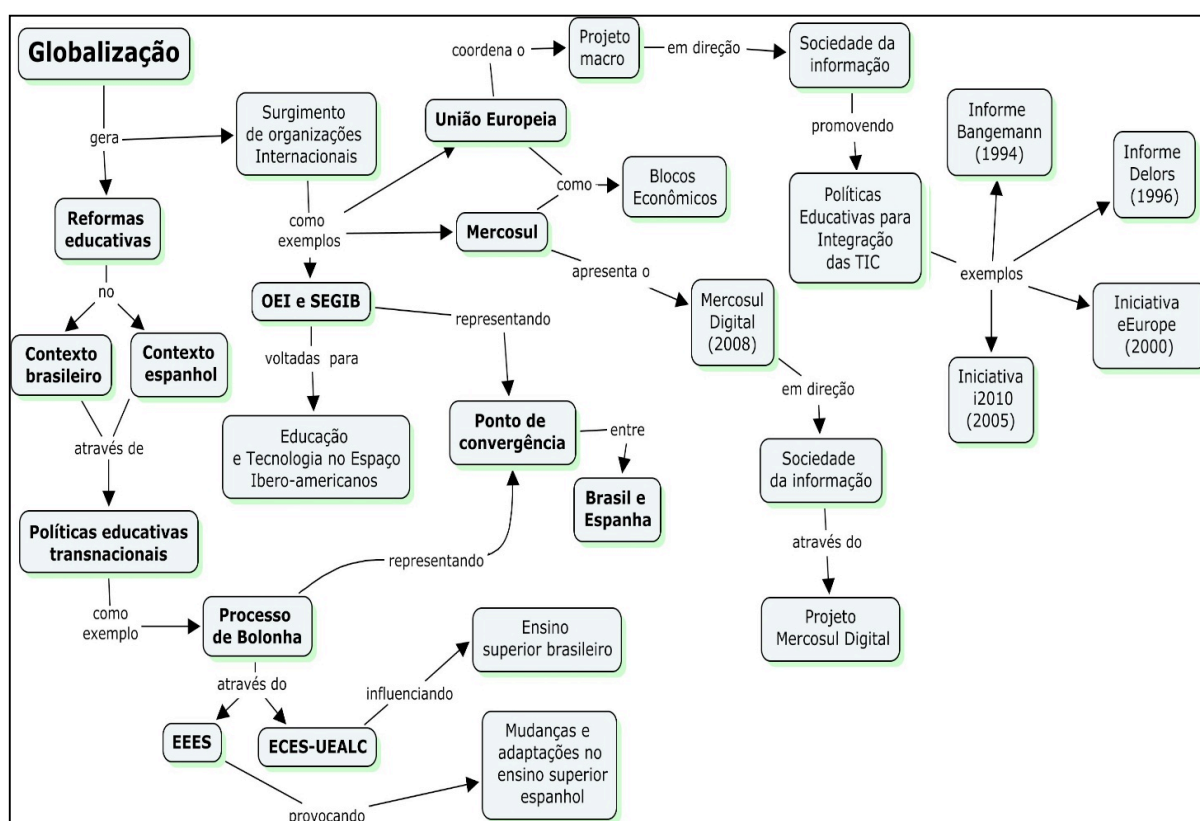
⁴ Em Santos (2005) os países são classificados em centrais – os países mais ricos que presidem a globalização hegemônica, que dela tiram vantagens, maximizando as oportunidades criadas. Na outra ponta, estariam os países periféricos que já possuíam baixos padrões de vida e com a globalização vem sofrendo uma degradação de sua posição no sistema. E na zona intermediária, os países semiperiférico.

O artigo está organizado em quatro partes. A introdução que traz a apresentação da temática, o objetivo e o metodologia utilizada. Na segunda parte, tratamos sobre as tessituras internacionais das políticas educativas para integração das TIC no Brasil e na Espanha. Na segunda parte, discutimos tessituras nacionais dessas políticas em os ambos os países. Por último, fazemos as considerações finais, com base na análise comparada das políticas educativas para integração das TIC na escola nos dois países.

TESSITURAS INTERNACIONAIS DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA: BRASIL E ESPANHA

Procuramos compreender as tessituras das políticas educativas para integração das TIC na escola, com foco no contexto internacional, abordando a globalização e as suas influências na formulação das políticas educativas no Brasil e na Espanha. E, ainda, identificamos alguns pontos de convergência, os quais foram esquematizados por meio do mapa conceitual 1.

Mapa Conceitual 1: Influências da globalização nas políticas educativas no Brasil e na Espanha



Fonte: Autores da investigação (2017)

Com o mapa conceitual 1, evidenciamos que a globalização tem gerado processos de reformas nos sistemas educativos no Brasil e principalmente na Espanha. Esses processos têm apontado para a criação de modelos educativos largamente, estandardizados por meio de políticas educativas de natureza transnacional. Um exemplo observado foi a Declaração de Bolonha, 1999.

O Processo de Bolonha, marco para a formação de professores em nível superior, é um ponto convergente entre Espanha e Brasil. Na Espanha primeiro provocou mudanças e adaptações, fazendo parte do marco legal do ensino superior. No Brasil tem influenciado as políticas educativas para ao ensino superior. O Processo de Bolonha ultrapassa as fronteiras europeias e chega até o Brasil, como algo planejado, já que este busca ser referência internacional além das fronteiras europeias e, nesse sentido, criou e fomenta o Espaço Comum de Ensino Superior - União Europeia, América Latina e Caraíbas (ECES-EUALC).

Um exemplo dessa influência no Brasil foi à criação das universidades transnacionais, a saber: Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade federal de Integração Amazônica (UNIAM), visando promover a inclusão social e a integração regional por meio do conhecimento e da solidariedade. A proposta de reorganização da educação superior brasileira em ciclos denominada “Universidade Nova”, atualmente consubstanciada no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), sofre também a influência dos parâmetros do Processo de Bolonha.

Constatamos também como possível influência do Processo de Bolonha no Brasil, a sua participação no Programa Erasmus, que segundo (MADEIRA, 2011:111) “visa promover uma oferta de qualidade em matéria de ensino superior, com um claro valor acrescentado europeu, aliciente tanto em nível da União Europeia como além-fronteiras”.

Antunes (2008) nos alerta que esses modelos largamente estandardizados, contribuem e reforçam a difusão mundial de padrões de organização da educação escolar, como parte da globalização cultural, com a penetração das ideologias e a institucionalização desses modelos. São as agências multilaterais e as organizações políticas internacionais os responsáveis por esse processo.

O Brasil e Espanha estão conectados também pelas políticas educativas transnacionais da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB). Estes são órgãos internacionais, voltados para a educação no cenário Ibero-americano, os quais unem os dois países dentro de um mesmo marco regulatório com políticas voltadas para a educação e tecnologia. Destaca-se o “Proyecto Metas Educativas 2021, o Espaço Ibero-americano do Conhecimento (EIC) e a Televisão Educativa Ibero-Americana (TEIB)”.

Para a compreensão desse cenário mundial transnacional corroboramos com Madeira (2011:107) ao afirmar que, o papel motor e legitimador das reformas educativas nascem cada vez mais dos resultados de uma maior governamentalização das políticas educativas de educação nacional. Alerta que, esse processo vem a contrastar com a escassez de reflexões que se desenvolvem no plano acadêmico, no qual as “soluções técnicas acabam por subsumir as questões do conhecimento nas do desenvolvimento”, transferindo as “competências cientistas para os especialistas”.

A autora crítica o fato de que, as decisões políticas ocorrem cada vez mais em torno de declarações, pareceres, recomendações, relatórios, os quais se “desenvolvem a margem de uma reflexão educacional teórica e, portanto, criticamente informada” (MADEIRA, 2011:107). Estamos perante um programa político supranacional de base intergovernamental que está em processo de construção e onde ainda não podemos atentar para os efeitos que surgirão em longo prazo. (Antunes, 2008)

Para Teodoro (2002) as relações existentes entre as políticas educativas e os órgãos internacionais e sua intenção na formulação de leis gerais direcionadas para as reformas na educação no interior de cada Estado, foi algo que sempre esteve presente no centro de interesses dos organismos internacionais.

Constatamos que a União Europeia é responsável por coordenar o projeto macro em direção à sociedade da informação por meio de políticas educativas transnacionais para integração das TIC. A União Europeia possui alguns marcos bem delineados e abrangentes, os quais tratam de forma específica da questão da integração das TIC na escola. Trata destes, desde os recursos, formação de professores e estudantes, operando como diretrizes gerais para o desenvolvimento das políticas educativas no âmbito nacional.

Verificamos também que o processo de regulação transnacional da educação, por meio das políticas educativas, tem sido imprescindível para a integração da União Europeia, por meio da regulação além das fronteiras nacionais. Nessa direção, constatamos também que o Mercosul apresenta um marco transnacional para integração das TIC, denominado de Projeto Mercosul Digital (2008). No entanto, o seu surgimento acontece depois de um espaço de tempo de 14 anos, em comparação ao surgimento do Informe Bangemann ⁵(1994), marco da União Europeia. Com isso, podemos perceber a existência de um atraso considerável no início das políticas educativas transnacionais para integração das TIC no Mercosul.

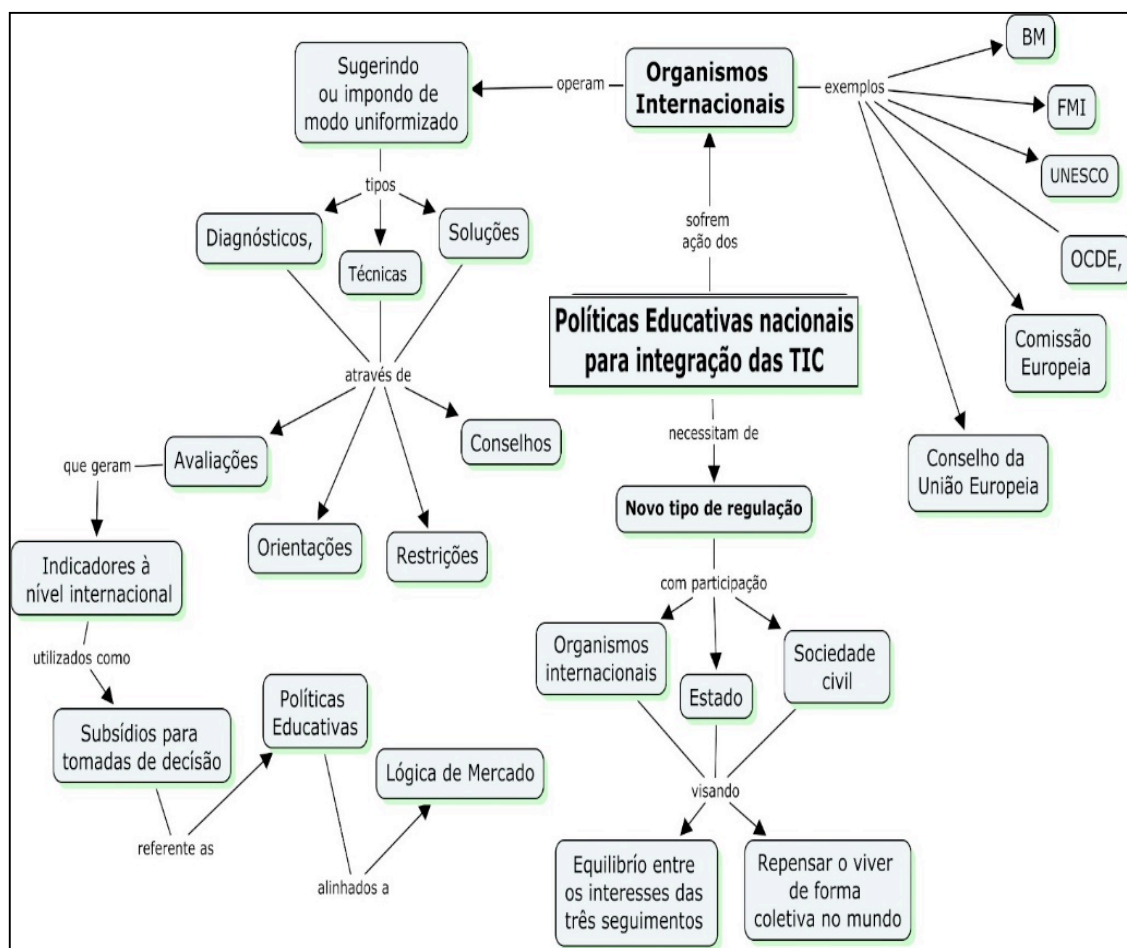
Ainda em comparação aos marcos da União Europeia, podemos verificar que o marco do Mercosul não especifica ações diretas para integração das TIC na escola. Ou seja, trata-se sobre tecnologia, porém, de forma geral, sinalizando para a formação continuada de recursos humanos, sem fazer referência aos professores, aos estudantes, com o foco direcionado mais para a economia digital.

Com isso, faz-se necessário uma aproximação e tipificação na legislação do Mercosul, inserindo as políticas educativas para integração das TIC na escola, para orientação em nível nacional, como acontece no caso da União Europeia. O que possibilita a articulação, coordenação, planejamento e avaliação em nível de bloco das políticas educativas nacionais para integração das TIC. Tal articulação poderá contribuir, por conseguinte, para o fortalecimento dos laços entre os países do bloco e, consequentemente, para o processo de integração regional, objetivo central do Mercosul.

No mapa conceitual 2, apresentamos o processo de regulamentação sofrido pelas políticas educativas nacionais para a integração das TIC, por meio dos organismos internacionais apontando para a necessidade de um novo tipo de regulação.

⁵En el Informe Bangemann, como se conoce comúnmente al informe elaborado por el grupo de expertos, se pone de manifiesto la urgencia de adoptar medidas inmediatas relativas a la creación de un entorno normativo favorable, así como la promoción de las nuevas potencialidades de estas nuevas tecnologías para la creación de mercados de productos y servicios tecnológicos (ROJO VILLADA, 2003:1).

Mapa Conceitual 2: Processo de regulamentação das políticas educativas nacionais para a integração das TIC



Fonte: Autores da investigação (2017)

Por intermédio do mapa conceitual 2, podemos perceber a complexidade da regulação das políticas educativas nacionais para a integração das TIC. Essa complexidade é apontada por Azevedo (2007) que juga importante considerar nesse processo a regulação em nível transnacional e nacional. É necessário buscar o equilíbrio do sistema educativo lado a lado às ações, coordenação, controle, avaliação e correção e, por outro lado, considerar também, a regulação sócio comunitária local através da participação cidadã.

No Brasil, as políticas educativas nacionais para integração das TIC sofrem ação direta dos organismos internacionais, na sua formulação, conforme apontado no mapa conceitual 2. Sobre essa questão Canário (2006) destaca o papel desempenhado por esses organismos na regulação transnacional da educação. Sinaliza que, por meio do processo de cooperação

técnica no sistema globalizado, esses organismos operam sugerindo ou impondo, de modo uniformizado, diagnósticos, técnicas e soluções.

O Estado sofre intervenções contínuas das agências multilaterais, por meio de orientações, conselhos, restrições financeiras, assim como avaliações, que geram indicadores em nível internacional. Estes são usados como subsídios para tomadas de decisão no que se refere a políticas educativas, alinhado com a lógica do mercado tornando premente a necessidade de mudanças no processo da formulação das políticas educativas, com mais coerência e equilíbrio no papel desempenhado pelo Estado e pelos organismos internacionais.

Devemos também levar em conta nesse processo, os interesses e participação da sociedade civil. Barroso (2005) assinala para a importância de um novo tipo de regulação a exemplo do modelo “governance”. Explica que, não se deve confundir com a “mão invisível” do mercado, nem com o poder autoritário do Estado nacional, existindo assim, a necessidade de repensar o viver de forma coletiva no mundo.

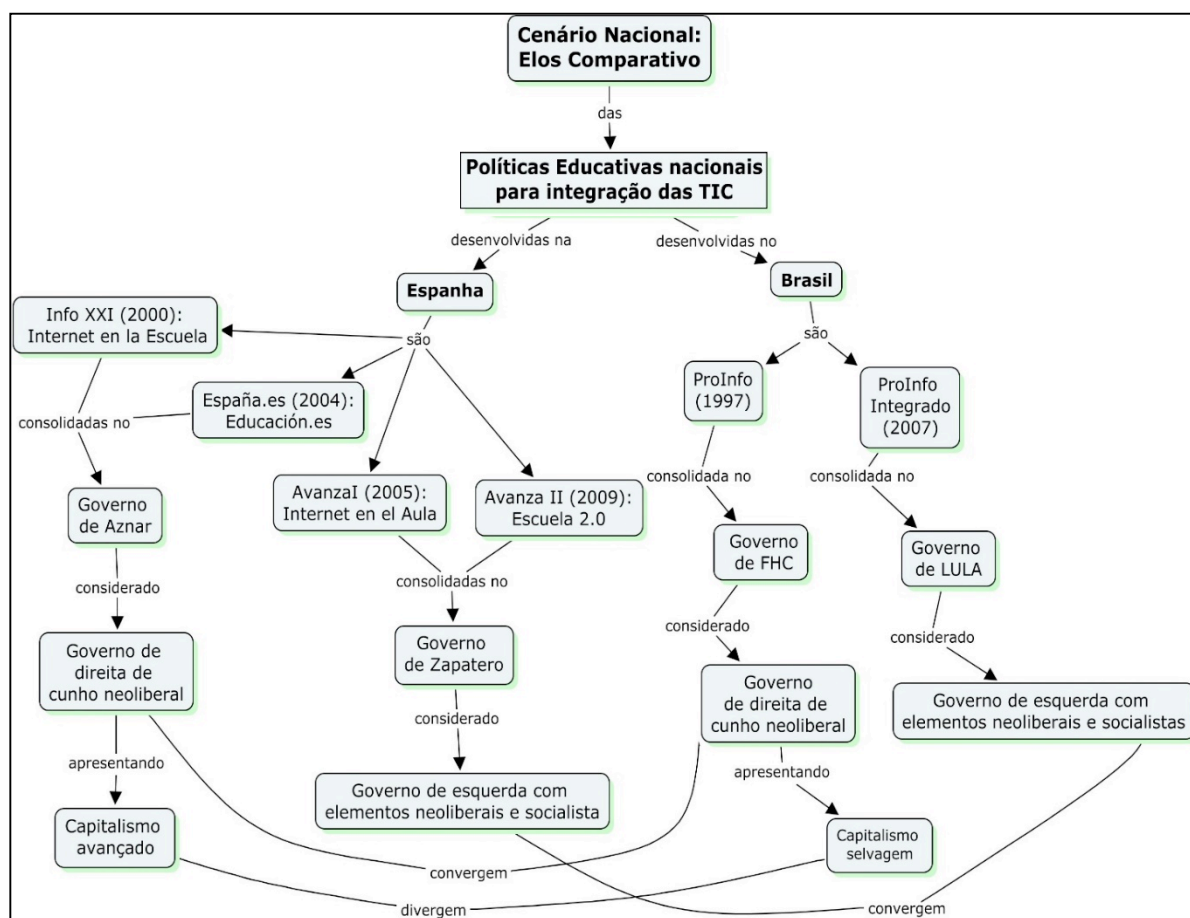
Verificamos também, por meio de Antunes (2008) que apesar do Estado ter diminuído o seu poder de escolhas, continua sendo protagonista decisivo da regulação supranacional. O Estado ainda, constitui instância de mediação crucial no processo de definição das políticas educativas no âmbito nacional.

TESSITURAS NACIONAIS DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA: BRASIL E ESPANHA

Ao tratarmos, especificamente, sobre as políticas educativas para integração das TIC na escola, nos cenários nacionais do Brasil e da Espanha, consideramos o recorte temporal, constatamos em primeiro momento que a Espanha descentralizou suas políticas educativas na área das TIC, durante a década de 1990, não havendo um plano ou projeto consensual para todo o território espanhol, conforme apontam Area e demais autores. (2014).

No Brasil já havia durante essa década um plano consensual para as políticas educativas para integração das TIC no âmbito nacional. No mapa conceitual 3, podemos verificar o processo de constituição dessas políticas no Brasil e na Espanha.

Mapa Conceitual 3: Cenários nacionais das políticas educativas para integração das TIC na Espanha e no Brasil: elos comparativos



Fonte: Autores da investigação (2017)

Com o mapa conceitual 3, constatamos que as políticas educativas para integração das TIC nos dois países, convergem no sentido que coincidem no seu desenvolvimento com a presença dos governos de dois presidentes em cada país. Com dois governos de direita, representados por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) no Brasil, no qual foi consolidado o Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO (1997) e de José María Aznar (1996-2004), na Espanha, com a consolidação do Plano de Ação Info XXI (2000), criado dentro do marco europeu *eEurope* (2000) e *España.es* (2004), a partir do marco europeu *eEurope* (2005).

O PROINFO (1997) no Brasil, buscou por meio do seu objetivo central a disseminação do uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal, mediante a incorporação adequada dessas pelas escolas. Os objetivos específicos buscaram melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, proporcionando uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico, com a criação de uma nova ecologia cognitiva informacional e uma educação para uma cidadania global na sociedade tecnologicamente desenvolvida.

Na Espanha, o Plano de Ação Info XXI trouxe as primeiras políticas educativas para integração das TIC na escola, de forma consensual em todo o território espanhol, depois de um período em que as políticas educativas para integração das TIC estiveram descentralizadas, ficando sobre a responsabilidade das comunidades autônomas, durante a década de 1990.

Os objetivos deste Plano de Ação buscaram a melhoria do acesso e uso de infraestruturas e redes de conexão, desenvolvimento e difusão de conteúdo de qualidade para todos os níveis educativos, integração das TIC nos modelos pedagógicos da escola e a formação dos professores. Na área educacional apresentou o Programa *Internet en la Escuela* (IEE), visando impulsionar a utilização das TIC no sistema educativo, conectando e equipando com hardware e software as escolas e proporcionando formação adequada aos professores.

O España.es, substituiu o Info XXI, voltando-se também para a construção de uma sociedade da informação para todos, considerando que as TIC como fundamentais para a melhoria da qualidade da educação, devendo ser prioridade para o governo. O España.es apresentou para a educação o Programa Educación.es, o qual visava garantir que todas as crianças e jovens das escolas estivessem perfeitamente familiarizados com a internet e com uma formação que lhes permitisse o desenvolvimento de qualificações técnicas, necessárias para a sociedade da informação e para o mercado de trabalho, visando também a formação dos professores e garantir infraestrutura e equipamento necessários para a integração das TIC.

Em relação ao contexto desse período governamental, constatamos que os governos de Fernando Henrique Cardoso foram marcados pela efetivação da política neoliberal no Brasil, com uma aproximação com o Banco Mundial e com o desenvolvimento de um capitalismo selvagem. Neste sentido, Pretto, Moraes e Andrade (2006, 1996, apud Lobato, 2010:39) afirmam que o governo de Fernando Henrique Cardoso foi decisivo e eficaz para políticas e privatização de estatais.

Na mesma direção, segundo Córdoba e Domingo (2004) o presidente José María Aznar na Espanha objetivava em seu plano de governo completar a liberalização do setor econômico e promover a concorrência dentro do cenário espanhol e internacional.

As políticas seguintes foram consolidadas, por meio dos outros dois governos considerados de esquerda: Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com a consolidação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO Integrado (2007) e os Governos de José Luis Rodríguez Zapatero (2004-2011), com a consolidação do Avanza I, criado dentro do marco europeu i2010 (2005), assim como o Avanza II, criado também dentro do i2010 (2005).

O PROINFO Integrado no Brasil, política educativa atual no cenário brasileiro, busca promover o uso pedagógico das TIC nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino nas áreas urbanas e rurais. Os objetivos específicos desse programa vão no sentido da melhoria do processo de ensino-aprendizagem com o uso das TIC, capacitação dos agentes educacionais, inclusão digital com acesso à internet, preparação para o mercado por meios do uso das TIC e produção de conteúdos digitais.

Na Espanha, o Avanza I, que buscou definir medidas concretas, agrupando as políticas públicas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I + D + I) no referente a sociedade da informação. Na área da educação desenvolveu-se o Programa *Internet en el Aula*, (IEA) o qual visava ampliar o uso das novas tecnologias para o sistema educativo, oferecendo uma infraestrutura tecnológica com cobertura de 100% das escolas, incluindo a banda larga e equipamento multimídia, assim como a aquisição de computadores com preços populares para famílias com filhos em idade escolar, formação dos professores e também visando estender a internet para as famílias.

O Avança II, com o objetivo de contribuir para a mudança do modelo econômico da Espanha, diante do contexto de crise econômica global, buscando por meio das TIC impulsionar a competitividade e produtividade, favorecendo a igualdade de oportunidades, com uma economia mais dinâmica e busca de um crescimento sustentável. Na área educacional apresentou o Programa Escuela 2.0, com o propósito de acelerar a incorporação das TIC nas práticas dos professores, proporcionando recursos TIC para os centros e notebooks especificamente para os estudantes e professores, possibilitando assim o acesso à internet nos domicílios, promovendo formação dos professores, atentando para aspectos técnicos, metodológicos e sociais no processo de integração das TIC na prática docente.

Em relação ao contexto dos governos supracitados, ambos apresentaram uma política híbrida, ou seja, com a presença de elementos neoliberais e socialistas. O Governo de Lula possibilitou o desenvolvimento de outro cenário político, ocorrendo uma ruptura no início com o Banco Mundial. Esse governo focou em fundos orçamentários próprios, contemplando todas as modalidades da educação básica por intermédio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Segundo Pretto (2006), o governo de Lula implementou uma nova fase relacionada as políticas para integração das TIC, voltada não só para aglutinação de ferramentas tecnologias, mas com grande capacidade de formação de professores.

O governo de Zapatero, no seu segundo mandato, diante do contexto de crise econômica global que afetava a Espanha, buscou através das TIC impulsionar a competitividade e a produtividade, favorecendo a igualdade de oportunidades, com uma economia mais dinâmica e buscando o crescimento sustentável.

TESSITURAS FINAIS DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA NO CENÁRIO BRASILEIRO E ESPANHOL

Observamos que mesmo na perspectiva de um mundo globalizado e cada vez mais próximo por meio das TIC, os países estão classificados em categorias que ditam o tipo de relação a ser estabelecida nesse cenário. Assim, uns países se beneficiam e ditam às regras (centrais), outros arcam com o custo (periféricos) e na zona intermediária, onde se localiza o

Brasil e a Espanha (semiperiféricos) se encontram aqueles que podem captar as vantagens da globalização, mas também, culminar na despromoção de sua economia e imagem, pois, apresentam fragilidades no comparativo com os países centrais.

Portanto, para entender as políticas educativas para integração das TIC no âmbito nacional é necessário deslocar-nos da perspectiva local e atentar para o global. Bem como, sair do âmbito da educação e perpassar pelo âmbito da política, seus conceitos, do social, cultura, refletindo sobre a sociedade da informação e a revolução tecnológica. Nessa, observamos que existe uma convergência para a lógica da racionalidade econômica mundial.

A globalização tem gerado processos de transnacionalização da educação, por meio de reformas nos sistemas educativos no Brasil e principalmente na Espanha. Esses têm apontado para a criação de modelos educativos largamente estandardizados, que disseminam a ideologia mundial dominante da globalização, por meio de orientações, categorias organizacionais e curriculares em sobreposição das características internas dos Estados, com uma agenda globalmente estruturada para a educação apresentada pelas agências multilaterais e pelos organismos políticos internacionais. Com isso, podemos perceber que se busca a manutenção e reprodução do sistema econômico neoliberal e a posição hegemônica defendida por ele, a qual representa os reais interesses dos países centrais.

Logo, jogamos importante à análise e o debate aberto e sistemático sobre esse processo em nível internacional e nacional na busca de articulações que viabilizem aos Estados captar as vantagens abertas pela globalização para o processo de melhoria contínua de seus respectivos sistemas educativos. Devemos estar atentos para as dinâmicas e especificidades da globalização e estando conscientes dos interesses hegemônicos que a presidem.

Percebemos que as políticas educativas específicas para integração das TIC no contexto escolar sofrem também ação desses organismos na sua formulação, tanto no Brasil como na Espanha, sendo que este como parte da União Europeia, tem um poder maior de negociação frente às agências multilaterais no comparativo com o Brasil. Pois nosso País faz

parte de um bloco em processo de consolidação econômica e democrática e assim com menor poder político comparado a União Europeia.

As políticas transnacionais para integração das TIC construídas pela União Europeia, possuem um marco bem delineado e abrangente que trata também de forma específica à questão da integração das TIC na escola. Opera como diretrizes gerais para o desenvolvimento das políticas educativas no âmbito nacional, com o objetivo geral de criar uma sociedade de informação para todos, ao mesmo tempo que fortalece a identidade integracionista regional do bloco econômico.

Verificamos que o Mercosul apesar de ter ações desenvolvidas e um marco para criar uma sociedade da informação para todos (MERCOSUL DIGITAL), não especifica ações diretas para integração das TIC na escola, com um foco direcionado mais para a economia digital. Assim, afirmamos que, o Mercosul necessita, a exemplo da União Europeia, considerando suas próprias especificidades e contextos, desenvolver um marco legislativo transnacional que permita uma aproximação e tipificação das políticas educativas para integração das TIC. Isso possibilitará a articulação, coordenação, planejamento e avaliação em nível de bloco dessas políticas. Essa ação contribuirá também para o fortalecimento dos laços entre os países que fazem parte do bloco, promovendo a integração regional e avance na consolidação do bloco no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

- BALBÉ, F. F.; MACHADO, T. A. **O Mercosul como Experiência de Integração Econômica: avaliações e perspectivas**. II Encontro de Economia Catarinense. Chapecó, SC. 2008.
- ANTUNES, F. **A nova ordem educacional, espaço europeu de educação e aprendizagem ao longo da vida**. Coimbra: Editora Almedina. 2008.
- AREA, A., CANO, C., PÉREZ, M. E., PONS, J. P., LABRA, J., CHACÓN, J., MESA, A. L., ALONSO, A., BERROCOSO, J. GOROSPE, J. M. **Las políticas educativas TIC en España del Programa Escuela 2.0: las tendencias que emergen**. RELATEC Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa. Vol. 13 (2). 2014 Disponível em: <http://relatec.unex.es/article/view/1473/0>. Acesso em 15 mar 2016.
- AZEVEDO, J. **Sistema educativo mundial: ensaio sobre a regulação transnacional da educação**. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão. 2007.
- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas. 2005.

- CANÁRIO, R. A escola e a Abordagem Comparada. Novas realidades e novos olhares. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, nº 1, p. 27-36. 2006. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/>. Acesso em 17 fev 2016.
- CÓRDOBA, J. A., DOMINGO, P. S. **España en la Sociedad de la Información**. E-lis repository. 2004. Disponível em: eprints.rclis.org/8396/1/sociedadinformacion.pdf. Acesso em 19 mar 2016.
- MADEIRA, A. I. **A Construção do Saber Comparado em Educação: uma análise sócio-histórica**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia. 2011.
- LOBATO, T. C. F. **ProInfo Integrado à Formação dos Professores da Rede Pública de Ensino do Amapá: Construindo uma Identidade**. (Dissertação de mestrado não publicada). Pontifícia Universidade católica de São Paulo. São Paulo. 2010.
- ROJO VILLADA, P. A. Europa y la sociedad de la información: análisis del impacto del “Informe Bangemann” sobre la política, la economía y la sociedad europea de la década de los noventa. **Revista Latina de Comunicación Social**, número 53. 2003. La Laguna. Tenerife. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/200353rojo.htm>. Consultado em 22 abr 2016.
- SANTOS, B. S. **Os processos da globalização**. In: Santos, B. S. (Org.). A Globalização e as Ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez. 25-102. 2005.
- TEODORO, A. As novas formas de regulação transnacional no campo das políticas educativas, ou uma globalização de baixa intensidade. **Eccos Revista Científica**, UNINOVE. São Paulo. V4, nº1, 61-71. 2002.

FONTES DOCUMENTAIS

- BRASIL. **Lei do ProInfo. Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997**. Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Brasília, Distrito Federal. 1997. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000522&seq_ato=000&vlr_ano=1997&sgl_orgao=MED. Acesso em 19 nov 2015.
- BRASIL. **Lei do ProInfo**. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=DEC&num_ato=00006300&seq_ato=000&vlr_ano=2007&sgl_orgao=NI. Acesso em 25 nov 2015.
- BRASIL. **Decreto n 6.096, 24 abr. 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 10 jul. 2015.
- BRASIL. **Lei 12.189, de 12 de jan. 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm. Acesso em 10 ago. 2015.

- BRASIL. **Lei 12.289, de 20 de jul. 2010.** Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. 2010b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. Acesso em 8 de ago. 2016.
- BRASIL. **Projeto de lei original Nº 4.344, 2008.** Altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA para “Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAMA”.
- DECLARAÇÃO DE BOLONHA. **Joint Declaration of the European Ministers of Education, Convened in Bologna on the 19 th of June.** 1999. Disponível em: http://www.europa.eu.int/comm/education/bologna_en.html. Acesso em: 20 jul. 2016.
- ESPAÑA. Ministério de Indústria, Energia e Turismo - MINETUR (2001). Comisión Interministerial de la Sociedad de la Información y las Nuevas Tecnologías. **Info XXI:** La sociedad de la información para todos. Iniciativa del gobierno para el desarrollo de la sociedad de la información. DOC.CISI/99/4FIN. Disponível em: <http://www.internautas.org/documentos/infoxxi.pdf>. Consultado em 13 dez 2016;
- ESPAÑA. Ministerio de Ciencia y tecnología - MCT. **España.es:** Programa de Actuaciones para el Desarrollo (2004-2005). Disponível em: http://campus.usal.es/~derinfo/derinfo/Espana.es/espana_es.pdf. Consultado em 15 fev 2016.
- ESPAÑA. Informe. **Plan avanza:** telecomunicaciones y sector audiovisual. Políticas de fomento de la sociedad de la información. 2008. Ministerio de industria, turismo y comercio.
- ESPAÑA. Boletín Oficial del Estado. **Plan Avanza II.** 2009. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/2009/02/18/pdfs/BOE-A-2009-2786.pdf>. Consultado em 26 jan 2016.
- MERCOSUL. **Mercosul Digital** - apoiando a Sociedade da Informação no Mercosul. Unidade de Gestão do Mercosul Digital. Rio de Janeiro. Brasil. 2013.